

Consolidar a Confiança para Vencer as Dificuldades

No próximo ano, o Governo irá continuar a cumprir estritamente a missão que lhe foi incumbida nos termos da Lei Básica, em defesa dos interesses dos cidadãos e procurando satisfazer as suas necessidades. Iremos, através da adaptação de um conjunto de medidas políticas e de mobilização de recursos administrativos e financeiros, vencer os desafios e dificuldades provocadas pela crise económica, bem como, encontrar soluções para problemas que têm surgido no processo do nosso desenvolvimento.

Iremos prosseguir a política de diversificação adequada da nossa economia, a reforma da Administração e do sistema jurídico e o aperfeiçoamento do nosso ensino e cultura, por forma a garantir à nossa população e aos grupos sociais fragilizados uma vida material e espiritual de qualidade. Iremos garantir a continuidade de todos os projectos de desenvolvimento económico, construção de infra-estruturas urbanas e programas no âmbito da qualidade de vida da população fundamentais para o interesse colectivo da RAEM. Iremos realizar todos os trabalhos preparatórios necessários à transição suave do Governo, garantindo que a assunção de funções pelo terceiro Governo corra da melhor forma, de modo a constituir um começo auspicioso para uma nova era da RAEM.

Ajustamento das estratégias económicas e reforço da diversificação adequada da economia

O Governo irá assumir a missão importante e urgente de reforçar o controlo das instituições financeiras, o aperfeiçoamento do sistema financeiro e a criação de condições para dinamizar o destino e a aplicação dos capitais bancários. O Governo irá reforçar o controlo dos riscos financeiros, elevar o rigor do controlo interno dos bancos, acompanhar de perto as modificações do mercado financeiro internacional, elevar a capacidade de reacção e adoptar, caso necessário, medidas de contingência oportunas e acertadas. O Governo irá combater as actividades financeiras ilícitas e intensificar a prevenção dos crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Para assegurar um desenvolvimento saudável e sustentável do sector do jogo, o Governo continuará a reforçar a supervisão e a gestão deste sector. Iremos investir esforços para que os trabalhadores locais que preencham os requisitos de qualificação possam assumir cargos de direcção.

O Governo irá intensificar a diversificação adequada da economia. Iremos incentivar o sector turismo a procurar outras fontes de turistas, fornecer produtos diversificados e prestar serviços de qualidade; iremos promover o sector de serviços com potencialidades e as novas indústrias, fomentar as indústrias com maior conteúdo tecnológico, com capacidades para proporcionar um valor acrescentado mais elevado, e apoiar a reconversão e a valorização das indústrias tradicionais.

O Governo irá envidar todos os esforços para salvaguardar o direito ao emprego dos residentes locais, por forma a garantir a harmonia e a estabilidade social. O Governo irá organizar acções de formação específicas e úteis para responder às necessidades do desenvolvimento, com vista a auxiliar os trabalhadores a elevar a sua competitividade.

No próximo ano, a RAEM irá continuar a aprofundar a cooperação económica e comercial com o Interior da China, aproveitando, de forma integral, as vantagens do CEPA e dos seus cinco acordos suplementares. Iremos aperfeiçoar o planeamento das acções de cooperação regional, exercendo um acompanhamento mais exigente. Iremos também reforçar as funções de plataforma regional de serviços e aprofundar a cooperação económica e comercial com as províncias e regiões do Interior da China. O Governo irá, com pragmatismo, levar a cabo a optimização dos mecanismos de cooperação regional, nomeadamente entre a província de Guangdong e Macau, entre a província de Fujian e Macau e no quadro da cooperação do Pan-Delta do Rio das Pérolas.

Iremos potenciar a função de plataforma económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, estimulando a sua articulação e complementaridade com as organizações de cooperação regional, designadamente a plataforma do Pan-Delta do Rio das Pérolas. Iremos reforçar o intercâmbio e a cooperação com as entidades oficiais e cívicas da União Europeia e promover o investimento comercial entre Macau e os países do Sudeste asiático e regiões vizinhas.

Empenho total na manutenção da qualidade de vida da população e construção de um futuro promissor para esta terra

Iremos dar continuidade aos trabalhos de aperfeiçoamento do regime jurídico no âmbito da gestão dos terrenos, aumentando a transparência das informações sobre os respectivos procedimentos, a fim de garantir um melhor aproveitamento dos recursos existentes. Iremos desenvolver, de forma ordenada, os trabalhos para a elaboração de um plano director urbano.

A estratégia de “prioridade dos transportes públicos” será implementada com maior vigor. O Governo irá criar um mecanismo de coordenação interdepartamental de carácter permanente, responsável pelo estreitamento da cooperação na construção de infra-estruturas de comunicação a nível regional. Iremos promover a melhoria dos serviços prestados pelos autocarros e táxis e acelerar a conclusão do estudo de viabilidade relativo à 2.ª fase da construção do metro ligeiro.

O Governo irá procurar o equilíbrio entre o desenvolvimento e a conservação ambiental e preservar as condições ambientais. O Governo irá garantir a potabilidade da água e o abastecimento de energia, e promover a poupança da energia e da água.

O Governo irá exercer um controlo rigoroso sobre a actualização das tarifas por serviços prestados pelas concessionárias de serviços de utilidade pública, promovendo adequadamente a liberalização do mercado deste sector.

Aprofundamento dos projectos de construção de uma sociedade de valores humanistas e empenho na qualificação dos seus elementos

O Governo continuará a investir recursos no domínio do ensino não superior, acompanhando os seus resultados. Para assegurar a qualidade do ensino, iremos promover um mecanismo de avaliação exigente. Iremos promover o desenvolvimento profissional e alargar as garantias profissionais dos professores. No domínio do ensino superior, iremos dar continuidade ao processo de reforma. Iremos institucionalizar o ensino de valores morais nas escolas.

O Governo irá elevar a qualificação das intervenções no âmbito das políticas culturais. Empenhar-nos-emos na optimização da organização das nossas “duas orquestras” e “dois festivais”. Iremos investir mais esforços na preservação do património cultural intangível de Macau.

Iremos apostar, de forma gradual, na elevação da qualidade competitiva dos nossos atletas profissionais. Iremos articular as políticas das várias áreas, como forma de incentivar o desenvolvimento desportivo dos nossos jovens.

Iremos reforçar o apetrechamento de equipamentos médicos de alta tecnologia e o recrutamento de médicos especializados. Iremos reforçar o controlo e a prevenção das doenças contagiosas. Iremos investir no incremento da eficiência dos serviços,

procurando reduzir o tempo de espera dos pacientes necessitados. Iremos começar a estudar a viabilidade da construção de um hospital de urgência nas Ilhas.

O Governo empenhar-se-á nos trabalhos de prevenção e combate do fenómeno de violência doméstica. Iremos envidar maiores esforços na melhoria da prestação de serviços aos idosos, e estudar medidas viáveis para prestar assistência e apoio aos idosos de Macau que estão a residir no Interior da China. Iremos atribuir um subsídio de deficiência e proporcionar serviços médicos gratuitos às pessoas que correspondam aos critérios de classificação de diferentes graus de deficiência.

Com vista a fomentar a elevação da qualidade dos serviços sociais, iremos lançar, a título experimental, o “mecanismo de aperfeiçoamento contínuo da qualidade dos serviços”, assim como, aumentar as regalias dos assistentes sociais.

Assumir integralmente as responsabilidades de governação e ampliar os resultados da reforma

Com a instalação de Centros de Prestação de Serviços ao Público nas diferentes zonas da cidade, o desenvolvimento do Edifício dos Serviços Centrais e a entrada em funcionamento do Centro de Informações ao Público, iremos acelerar a optimização do processo de cooperação interdepartamental.

Iremos rever as normas sobre as responsabilidades e deveres dos quadros médios e superiores, definindo regras mais exigentes. Iremos continuar a colaborar com a Assembleia Legislativa, para efeitos da revisão, no próximo ano, do regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos e do regime das carreiras especiais.

Iremos levar a bom porto as consultas inerentes à produção legislativa, bem como a apresentação das respectivas propostas de lei junto da Assembleia Legislativa. Iremos aprofundar as acções de divulgação jurídica, designadamente as advertências sobre as consequências de violação à lei, elevando assim a consciência do cidadão para o cumprimento das normas jurídicas.

Iremos continuar a divulgar o projecto da Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado. Após reunidos e analisados os contributos dos nossos cidadãos, iremos aperfeiçoar a redacção do seu articulado. Iremos colaborar activamente com a Assembleia Legislativa para garantir o sucesso do processo de aprovação.

Iremos continuar a reforçar as acções de prevenção e combate aos crimes ligados à droga, fraude, jogo e delinquência juvenil, erradicando o fenómeno de trabalho ilegal. Através de um sistema de reconhecimento do mérito e punição e do aproveitamento total das suas capacidades, iremos elevar a motivação dos agentes policiais.

Iremos continuar a aprofundar os trabalhos de auditoria, reforçando a fiscalização das finanças dos serviços públicos. Reforçaremos a fiscalização da integridade dos responsáveis de diversos níveis. Iremos cumprir estritamente as regras de impedimento, em prol da justiça nos assuntos públicos. Iremos aperfeiçoar o regime de empreitadas de obras públicas, aumentando a transparência dos processos de aprovação dos projectos de obras públicas.

Iremos continuar a sujeitar a nossa acção à fiscalização da Assembleia Legislativa. Iremos assegurar com todo o rigor a liberdade de imprensa. Iremos fortalecer o diálogo e o intercâmbio com as associações, os organismos e os cidadãos, alargar as plataformas de consulta e promover a participação do público.

Consolidar a confiança para vencer as dificuldades

A economia mundial está a sofrer os efeitos da crise financeira e a conjuntura não é animadora. Face às incertezas do futuro, devemos manter um elevado sentido de alerta em relação às transformações conjunturais e estar psicologicamente preparados para qualquer contingência, **mantendo uma atitude de confiança, solidariedade e vontade de auto-valorização.**

O Governo irá adoptar oportunamente medidas eficazes para responder às transformações conjunturais, comprometendo-se a mobilizar todas as suas forças para promover o crescimento económico e a manutenção da qualidade de vida da população e conservar as suas energias para poder tirar partido dos primeiros sinais de recuperação económica.

O Governo não irá, de forma alguma, abrandar as obras essenciais no domínio da qualidade de vida da população. Pelo contrário, iremos promover atempadamente medidas económicas e políticas indispensáveis no âmbito da qualidade de vida da população:

1. Aumento adequado do investimento público.

O Governo irá aumentar de forma adequada o investimento público. Para este efeito, irá lançar um conjunto de projectos de obras públicas com impacto na economia, incentivar os proprietários de edifícios privados a realizar obras de restauro dos condomínios, estimular o crescimento económico e revitalizar as pequenas e médias empresas do sector de obras de remodelação. O valor do investimento público será de 10 200 milhões de patacas. Iremos trabalhar com todo o afinco para assegurar um elevado nível de execução destas políticas. O Governo irá adoptar procedimentos especiais para casos especiais, definindo soluções para a simplificação dos procedimentos administrativos no estrito cumprimento da lei, com vista a elevar a eficiência no tratamento dos processos.

2. Reforço do apoio às pequenas e médias empresas:

O Governo irá assegurar um apoio eficaz às pequenas e médias empresas em diversos âmbitos, designadamente através do reforço das medidas de apoio no âmbito da obtenção de financiamento: (1) Aumento do financiamento do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização. No orçamento do próximo ano, o Governo irá atribuir mais 1 500 milhões de patacas a este Fundo; (2) Alteração do Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas. O Governo irá aumentar o limite máximo de garantia para o crédito concedido pelas instituições bancárias às pequenas e médias empresas, passando de 300 milhões de patacas para 3 500 milhões de patacas, e alterar a percentagem definida para cada tipo de garantia, alargando o seu âmbito de aplicação para incluir também custos correntes de exploração.

3. O Governo irá adoptar as seguintes medidas de subvenção ou subsídio:

(1) O Governo irá dar continuidade à redução em 25% do imposto profissional a toda a população activa, mantendo o limite de isenção deste imposto em 120 000 patacas (anteriormente era de 95 000 patacas); dar continuidade à política de isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, do imposto do selo sobre os seguros, incluindo o seguro de vida, e do imposto do selo sobre os trâmites bancários; dar continuidade à política de isenção da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais (à excepção da publicidade ao tabaco) e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; dar continuidade à política de isenção da contribuição predial até 3 500 patacas; manutenção do valor de 200 000 patacas de matéria colectável a beneficiar de isenção do imposto complementar sobre rendimentos (anteriormente era de 32 000 patacas); e os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a comprar a primeira habitação continuarão a beneficiar da isenção do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel até 3 milhões de patacas do valor da propriedade (aplicável apenas a unidades habitacionais). Com a aplicação destas medidas, o Governo deixará de receber receitas fiscais no valor aproximado de 1 100 milhões de patacas.

(2) O Governo irá dar continuidade ao plano provisório de atribuição de abono de residência aos agregados familiares da lista de candidatos a habitação social que preenchem os requisitos.

Linhas de Acção Governativa da RAEM para o Ano Financeiro de 2009

Pontos Chave das Linhas de Acção Governativa das Diferentes Áreas

- (3) O Governo irá dar continuidade à política de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, no montante mensal de 150 patacas. Com a aplicação desta medida de subvenção, o Governo prevê gastos na ordem dos 320 milhões de patacas.
- (4) Os trabalhadores a tempo inteiro, de idade igual ou superior a 40 anos que sejam residentes permanentes de Macau, que tenham contribuído para o Fundo de Segurança Social e que reúnam as condições respeitantes à carga mensal de trabalho em relação a cada trimestre, podem continuar a requerer a subvenção de rendimentos. Os candidatos a esta subvenção não podem auferir um rendimento médio mensal superior a 4 000 patacas no trimestre a que diz respeito o pedido. Prevê-se que a aplicação desta medida de subvenção implique despesas na ordem dos 250 milhões de patacas.
- (5) O Governo irá aplicar um novo regime de subvenção para a aquisição de livros a partir do ano lectivo de 2009/2010. Todos os estudantes titulares de bilhete de identidade de residente de Macau válido e inscritos na Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, que estejam a frequentar estabelecimentos de ensino regulares, podem obter, em cada ano lectivo, um subsídio de 1 500 patacas para a aquisição de material didáctico. Prevê-se que a aplicação desta medida represente encargos para o Governo na ordem dos 126 milhões de patacas.

- (6) O Governo irá continuar a conceder uma pensão pecuniária às famílias necessitadas, atribuindo apoios financeiros e subsídios às três categorias de famílias em situação vulnerável. O Governo irá continuar a conceder o Subsídio para Idosos. Comprometemo-nos a rever e aumentar o valor deste subsídio com a maior brevidade. Os valores das pensões pecuniárias serão actualizados de acordo com a evolução dos índices do nível de subsistência.

4. Apoiar os cidadãos na aquisição de habitação própria e atenuar os seus encargos.

O Governo irá propor à Assembleia Legislativa a redução do imposto do selo sobre a transmissão de imóveis dos 3% em vigor para 1% e consagrar esta redução como uma medida fiscal permanente.

Em relação aos residentes permanentes que pretendam adquirir, pela primeira vez, uma habitação própria, cujo valor não seja superior a 3 milhões de patacas, iremos conceder uma bonificação de juros de 4%.

Os residentes permanentes que ainda não possuam habitação própria e que pretendam adquirir uma cujo valor não exceda 3 milhões de patacas, serão beneficiários de um programa de garantia do pagamento da entrada. Na celebração do contrato de hipoteca com as instituições bancárias, o Governo irá garantir parte do crédito da entrada, na condição do adquirente assumir responsabilidade de, pelo menos, 10% dela. A parte garantida pelo Governo não deve exceder 20% do valor do imóvel. Esta garantia pode ser usufruída em simultâneo com a bonificação de juros a 4%.

5. Iremos criar um sistema de segurança social assente em duas vertentes – a segurança social propriamente dita e a segurança social dos idosos. Para o próximo ano, o Governo irá envidar esforços para obter o apoio da Assembleia Legislativa no âmbito da política de abertura de contas bancárias individuais para os cidadãos que preencherem os requisitos, a ser concretizada ainda no primeiro semestre do próximo ano. O Governo irá aplicar parte das receitas deste ano na abertura das contas acima mencionadas.

6. Análise e implementação experimental do projecto de criação de “empresas sociais” de grandes dimensões e com características locais.

7. Iremos aprofundar a cooperação entre Macau e a Província de Guangdong e acelerar a concretização do projecto de desenvolvimento conjunto da Ilha da

Montanha, por forma a superar as dificuldades resultantes da fraca diversificação da nossa economia, lançando novas bases para o futuro crescimento económico.

8. O Governo irá, mais uma vez, implementar o Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, no primeiro semestre do próximo ano. O valor da participação, em princípio, não será inferior ao do presente ano.

9. O Governo pretende distribuir, a partir do próximo ano, “vouchers” para serviços médicos aos residentes de Macau. Estamos ainda a analisar o valor e a finalidade destes “vouchers” que serão oportunamente anunciados.

10. Manutenção adequada do desenvolvimento saudável da indústria do jogo. O Governo irá proceder a consultas com os representantes deste sector, com vista a analisar, em conjunto, soluções adequadas para os problemas desta área. O nosso principal objectivo é, por um lado, exigir às concessionárias e seus organismos dependentes a garantia dos postos de trabalho dos residentes locais, e por outro, manter a qualidade de prestação de serviços e a competitividade deste sector.

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009

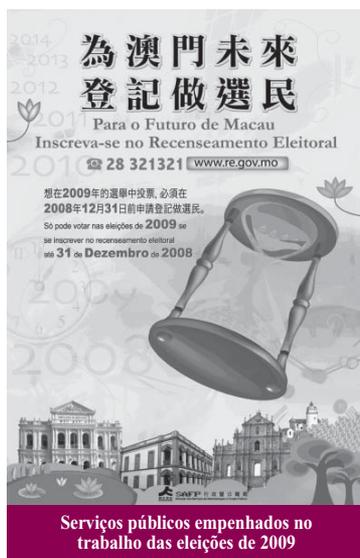
DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2009 Proposta	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2009 Proposta
RECEITAS CORRENTES	41.000.735.800,00	RECEITAS DE CAPITAL	3.714.063.400,00
IMPOSTOS DIRECTOS	31.927.573.800,00	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	68.821.300,00
IMPOSTOS INDIRECTOS	1.559.388.100,00	TRANSFERÊNCIAS	-
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.045.226.700,00	ACTIVOS FINANCEIROS	174.634.000,00
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	1.766.532.200,00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.411.556.900,00
TRANSFERÊNCIAS	2.559.430.800,00	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	59.051.200,00
VENDA DE BENS DURADOUROS	3.562.600,00		
VENDA DE SERVIÇOS E BENS NÃO DURADOUROS	992.789.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.146.232.600,00		
		TOTAL:	44.714.799.200,00
DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2009 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2009 Proposta
Governo da RAEM	12.860.000,00	Instituto do Desporto	115.555.000,00
Gabinete do Chefe do Executivo	127.368.500,00	Instituto Cultural	165.335.000,00
Secretaria do Conselho Executivo	9.561.000,00	Investimentos do Plano	10.500.000.000,00
Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça	25.121.800,00	Contas de Ordem - Consignações, Participações e Transferências Orçamentais	7.369.000,00
Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	38.642.300,00	Fundo de Acção Social Escolar	216.120.000,00
Gabinete do Secretário para a Segurança	21.722.300,00	Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	11.863.800,00
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura	163.284.100,00	Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	2.213.060.000,00
Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas	45.485.900,00	Fundo de Turismo	538.234.000,00
Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	17.382.600,00	Instituto de Acção Social	1.285.477.800,00
Delegação Económica e Comercial de Macau (Junto da União Europeia)	6.727.500,00	Obra Social da Polícia Judiciária	4.059.000,00
Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim	22.255.000,00	Obra Social da Polícia de Segurança Pública	27.985.000,00
Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	11.182.200,00	Direcção dos Serviços de Correios	319.160.000,00
Gabinete para a Reforma Jurídica	26.690.000,00	Cofre dos Assuntos de Justiça	140.200.000,00
Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	16.622.500,00	Imprensa Oficial	102.000.000,00
Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	64.205.000,00	Fundo de Pensões	495.482.700,00
Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético	31.305.200,00	Fundo de Segurança Social	2.327.976.300,00
Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	47.915.200,00	Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	2.908.900,00
Gabinete de Informação Financeira	20.843.000,00	Autoridade Monetária de Macau	253.226.800,00
Gabinete para os Recursos Humanos	49.533.800,00	Instituto de Habitação	173.770.000,00
Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes	22.363.200,00	Autoridade de Aviação Civil	47.473.800,00
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	349.679.000,00	Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	186.984.400,00
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	2.194.229.600,00	Comissariado Contra a Corrupção	131.477.000,00
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	116.117.000,00	Serviços de Saúde	2.443.342.400,00
Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações	39.807.400,00	Universidade de Macau	795.943.600,00
Direcção dos Serviços de Finanças	322.491.300,00	Instituto Politécnico de Macau	509.943.400,00
Pensões e Reformas	6.351.200,00	Fundo de Desenvolvimento Desportivo	407.450.000,00
Despesas Comuns	5.424.806.200,00	Fundo de Cultura	255.277.000,00
Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	37.852.900,00	Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	4.711.600,00
Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	240.000.000,00	Conselho de Consumidores	22.750.000,00
Direcção dos Serviços de Identificação	207.751.000,00	Instituto de Formação Turística	142.000.000,00
Direcção dos Serviços de Economia	336.021.300,00	Fundo Social da Administração Pública de Macau	22.211.000,00
Estabelecimento Prisional de Macau	277.306.800,00	Conselho do Ambiente	41.143.300,00
Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau	394.653.000,00	Obra Social do Corpo de Bombeiros	4.222.100,00
Serviços de Meteorológicos e Geofísicos	53.867.000,00	Serviço do Comissariado da Auditoria	64.644.000,00
Direcção dos Serviços de Turismo	146.808.800,00	Gabinete do Procurador	223.813.800,00
Gabinete de Comunicação Social	92.803.500,00	Gabinete do Presidente do Tribunal da Última Instância	284.560.000,00
Serviços de Polícia Unitários	29.893.000,00	Assembleia Legislativa	78.000.000,00
Direcção dos Serviços de Inspeção e Coordenação de Jogos	147.380.600,00	Fundação Macau	2.499.407.000,00
Capitania dos Portos	178.018.000,00	Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	1.418.320.000,00
Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	2.109.464.000,00	Obra Social dos Serviços de Alfândega	2.285.500,00
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	250.130.800,00	Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	199.996.700,00
Conselho dos Magistrados Judiciais	620.000,00	Obra Social da Capitania dos Portos	2.160.000,00
Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	56.617.000,00	Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	46.300.000,00
Polícia Judiciária	340.227.400,00	Fundo de Reparação Predial	90.500.000,00
Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	202.316.400,00	Fundo de Desenvolvimento Educativo	576.223.000,00
Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	238.002.500,00	Provisão para Acumulação de Saldo de Execução Orçamental (Serviços Simples)	126.366.500,00
		Provisão para Acumulação de Saldo de Execução Orçamental (Organismos Autónomos)	613.223.000,00
		TOTAL:	44.714.799.200,00

Administração e Justiça

Iremos assumir uma posição mais activa no próximo ano para dar resposta às necessidades dos cidadãos, empenhar-nos na implementação do Programa da Reforma da Administração Pública, criar uma Administração Pública eficiente e íntegra e aperfeiçoar os respectivos diplomas legais e regimes.

Na área da Administração: Concentrar num local a prestação dos demais serviços públicos e intensificar a interacção com os cidadãos

- Instalar na zona norte um edifício de prestação de serviços públicos gerais, concentrando num local todos os serviços prestados ao público;
- Proceder, no âmbito do Centro de Informações ao Público, à prestação de informações uniformizadas, dos serviços de consultas e do tratamento de reclamações;
- Avançar com os serviços “One Stop Electrónico ePass”; os impressos relativos aos serviços no âmbito dos assuntos cívicos e municipais tomarão todos a forma electrónica; emitir documentos de viagem electrónicos;
- Implementar as acções de consulta comunitária, por zonas, intensificando a divulgação de informações e o envio de resposta;
- Optimizar as formalidades relativas a autorizações administrativas e proceder à reorganização das funções dos organismos públicos;
- Aperfeiçoar o mecanismo de gestão relativamente aos titulares de cargos públicos, proceder à inovação do regime das carreiras, avançar com o mecanismo de recrutamento e promoção centralizado e melhorar as regalias e benefícios;
- Accionar o funcionamento do Centro de Formação dos Trabalhadores da Função Pública, criar cursos de formação de forma sistemática e promover uma atitude de trabalho correcta junto dos funcionários públicos;
- Empenhar-nos na articulação com os trabalhos eleitorais relativos às eleições para o terceiro mandato do Chefe do Executivo e para a quarta legislatura da Assembleia Legislativa.



Serviços públicos empenhados no trabalho das eleições de 2009

- Apoiar as empresas na melhoria e na elevação do nível de gestão e do nível técnico de exploração;
- Valorizar os programas de apoio e de garantia de créditos a pequenas e médias empresas;
- Prestar ajuda às associações cívicas na organização de acções de apoio às pequenas e médias empresas.

Intensificação da cooperação económica regional

- Estreitar a cooperação económica e comercial com o Interior da China e participar activamente na cooperação da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas;
- Consolidar o papel como plataforma de serviços comerciais.

Reforço e melhoria da fiscalização das actividades do sector do jogo

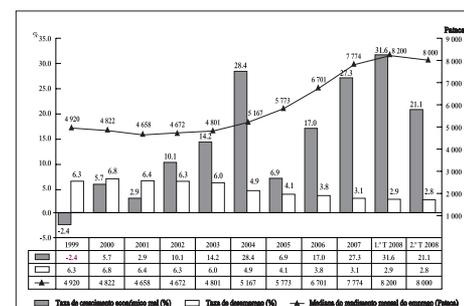
- Promover a diversificação e a regulamentação do sector por forma a conseguir um desenvolvimento saudável;
- Acelerar os trabalhos de aperfeiçoamento dos diplomas legais e do respectivo sistema de fiscalização;
- Acompanhar os diversos problemas do sector do jogo, envidando esforços para a sua prevenção e promover o jogo responsável.

Aperfeiçoamento da administração das finanças públicas

- Reforçar a supervisão e o controlo das despesas públicas e do património público;
- Rever e aperfeiçoar o Sistema de Contabilidade Pública.

Intensificação da protecção dos direitos e interesses dos consumidores

- Empenhar-se na implementação eficaz do Regime Geral de Segurança de Produtos e no cumprimento das tarefas quanto à inspecção da segurança dos produtos alimentares.



Evolução de taxa de crescimento económico real, taxa de desemprego e mediana do rendimento mensal do emprego de 1999 até ao 2.º trimestre de 2008

Na área da Justiça: Implementar os projectos de reforma jurídica e aprofundar a divulgação jurídica

- Implementar de forma rigorosa as disposições do artigo 23.º da Lei Básica e proceder, com base numa ampla audição de opiniões, ao aperfeiçoamento do projecto da proposta de lei relativa à defesa da segurança do Estado, dando início ao respectivo processo legislativo;
- Aprofundar as acções de promoção educativa e divulgação da Lei Básica, bem como da legislação local e dos diplomas recém-publicados;
- Aprofundar a interacção entre a reforma jurídica e a reforma administrativa e reforçar a coordenação dos projectos de reforma jurídica;
- Alargar a participação dos diversos sectores da sociedade na acção legislativa, assim como criar gradualmente um mecanismo de legislação tridimensional e interactivo;
- Intensificar as acções de formação do pessoal da área do Direito e proceder à constituição de um corpo desses trabalhadores;
- Envidar esforços para uma maior articulação com as acções desenvolvidas pelo órgão legislativo e pelos órgãos judiciais.

Na área dos Assuntos Cívicos e Municipais: Melhorar as acções relacionadas com a qualidade de vida dos cidadãos e construir uma sociedade comunitária harmoniosa

- Aumentar a capacidade de resposta na ocorrência de incidentes imprevistos, assim como promover a educação cívica.

Economia e Finanças

Empenho na manutenção da estabilidade da situação económica e financeira, assegurar uma taxa de desemprego baixa e melhorar, de forma eficaz, a qualidade da vida da população.

Manutenção da estabilidade da situação económica e financeira

- Aumentar adequadamente os investimentos públicos e incentivar os investimentos privados;
- Proceder ao aperfeiçoamento do regime de supervisão financeira e dos respectivos diplomas e regulamentos legais;
- Adoptar, em tempo útil, medidas eficazes para fazer frente à crise financeira internacional, resolver adequadamente as questões relacionadas e reforçar as acções de supervisão da comercialização dos produtos de investimento;
- Acompanhar de perto a evolução da conjuntura económica e intensificar os trabalhos de estudo sobre a mesma, por forma a reforçar os mecanismos de contingência entretanto definidos.

Melhoria eficaz da qualidade da vida da população

- Assegurar as oportunidades de trabalho dos residentes locais e empenhar-se na manutenção de uma taxa de desemprego baixa;
- Reforçar as acções de formação profissional; aperfeiçoar o regime de certificação da qualificação profissional e promover a certificação da qualidade vocacional e da qualidade profissional;
- Melhorar o sistema de segurança social, realizando trabalhos preparatórios para a implementação de um sistema de segurança social de dois níveis;
- Empenhar-se na adopção de medidas tendentes a minimizar a pressão sentida pelos cidadãos, por forma a garantir a qualidade de vida dos mesmos.

Promoção da diversificação adequada da economia

- Aproveitar plenamente os benefícios conferidos pelo CEPA para dinamizar o desenvolvimento dos sectores conexos;
- Incentivar o desenvolvimento do sector de convenções e exposições, envidando esforços para fomentar o funcionamento eficaz do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau.

Prestação de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas

- Ajudar as empresas a fazer frente às dificuldades através do reforço de apoios prestados;

Segurança

Orientados pela prossecução do interesse público, tudo faremos em prol de um leal e esforçado exercício das atribuições que nos são cometidas, visando o melhor equilíbrio entre a liberdade e a segurança, em nome de uma melhor qualidade de vida para os cidadãos em geral. Adoptaremos os meios preventivos e reactivos adequados, avaliando, programando e agindo sempre que necessário, tendo como ponto de partida uma atitude dinâmica que consolide a imagem e utilidade das forças e serviços de segurança, da qual queremos que sobreleve a capacidade de execução, a ética e a integridade.

Relativamente à actividade operacional das polícias propomo-nos:

- Consolidar o sistema de segurança no combate à criminalidade voltado para a prevenção e combate de todo o tipo de criminalidade;
- Actualizar os instrumentos de apoio à investigação criminal, desenvolvendo as técnicas de investigação criminal, por forma a manter uma alta taxa de resolução de casos;
- Manter e garantir a ordem e segurança rodoviárias, para tanto recorrendo às novas tecnologias de controlo e apoio, promovendo a prevenção de acidentes;
- Alargar o âmbito de cooperação policial, combatendo as associações criminosas a criminalidade transfronteiriça;



Autoridades policiais continuam a executar as leis com imparcialidade e a servir a população

- Reforçar as medidas alfandegárias, melhorando o processo de desalfandegamento e os seus equipamentos;

- Incrementar a qualidade dos serviços de migração, para tanto ampliando as instalações dos postos fronteiriços e os equipamentos de controlo de entrada e saída.

Relativamente à gestão dos serviços:

- Prosseguir os princípios orientadores da reforma da Administração Pública, em nome da transparência e da simplificação dos procedimentos administrativos;
- Aperfeiçoar a gestão e o grau de comunicação interna, conferir rigor à avaliação do desempenho e incrementar as oportunidades de promoção;
- Avaliar os recursos humanos, acelerar o recrutamento do pessoal, e incrementar a formação profissional;
- Promover a qualidade do serviço prestado, simplificando os procedimentos de participação de crime, facilitando e consolidando a interacção com os cidadãos;
- Racionalizar a gestão dos recursos e promover os serviços electrónicos;
- Incrementar a capacidade de gestão penitenciária projectando-a no novo Estabelecimento, em construção.

Relativamente à segurança da sociedade em sentido lato, propomo-nos:

- Consolidar o modelo de prevenção de calamidades e otimizar a capacidade de socorro e de salvamento;
- Integrar o fluxo de informações com vista a um melhor planeamento dos planos de segurança, para tal participando, entre outras, em acções anti-terroristas à escala internacional;
- Actualizar os planos de intervenção e de contingência, por forma a dar mais eficiência ao socorro e ao combate ao fogo;
- Realizar inspecções preventivas periódicas, ensaios e acções de sensibilização relacionadas com perigo de incêndio.

Assuntos Sociais e Cultura

O Governo enfrentará, de forma dinâmica, os desafios decorrentes da turbulência económica global originada pela crise financeira, prosseguindo com um investimento estável de recursos nas actividades das áreas de cultura, educação, saúde e segurança social, respondendo oportunamente às necessidades principais da sociedade, garantindo o bem-estar da população e a estabilidade da sociedade.

Saúde

- Melhorar a assistência no âmbito do diagnóstico e da terapêutica, reforçar a cooperação na área de saúde com as entidades do exterior;
- Assegurar os trabalhos de prevenção e tratamento das doenças mortais e das principais doenças transmissíveis;
- Desenvolver a aplicação das tecnologias informáticas no âmbito clínico;
- Promover a construção do Edifício de Cuidados Diferenciados e do Edifício de Urgência do Centro Hospitalar.

Educação

- Aumentar o nível das instituições de ensino superior, diversificar as áreas de ensino e promover a investigação científica;
- Alargar a implementação do plano de financiamento para a optimização dos rácios turma/professor e professor/aluno dos ensinos primário e secundário;
- Reforçar o mecanismo de garantia da qualidade educativa, incentivar a criação de uma sociedade de aprendizagem;
- Valorizar a educação moral dos jovens.

Acção Social

- Aperfeiçoar a legislação que visa proteger os mais carenciados e a rede de serviços, diminuir a pressão na vida das famílias em situação mais vulnerável;
- Desenvolver serviços familiares gerais, ampliar o apoio comunitário para os jovens;
- Criar mais serviços de apoio a cidadãos seniores, otimizar o serviço de reabilitação para pessoas portadoras de deficiência;
- Intensificar a orientação e formação para trabalhadores de serviço social, aperfeiçoar os seus benefícios sociais.

Turismo

- Desenvolver a diversidade dos produtos, fomentar a diversificação da indústria de turismo;
- Consolidar os mercados-alvo, explorar mercados estratégicos;
- Implementar o mecanismo de troca de informações do sector MICE, promover o Turismo de Negócios;
- Regular o desenvolvimento do mercado turístico, garantir os direitos dos turistas.

Cultura

- Aprofundar o conteúdo das actividades culturais, aperfeiçoar o sistema de educação artística;
- Proteger e divulgar a história, a cultura e os imóveis classificados de Macau;
- Utilizar adequadamente os recursos, melhorar o ambiente para o desenvolvimento cultural;
- Apoiar projectos de desenvolvimento, fomentar o desenvolvimento das indústrias culturais.

Desporto

- Utilizar de forma adequada a Rede das Instalações Desportivas Públicas, generalizar a prática desportiva e promover a sensibilização para a prática do desporto com base em conhecimentos científicos;
- Selecionar as modalidades com potencial de crescimento, aumentar o investimento em recursos de formação, com base em critérios pré-definidos, empregar esforços para atingir maior êxito no desporto de alta competição;
- Aperfeiçoar a legislação desportiva e o sistema de gestão desportiva.



A promoção do bem-estar social, contribui para a construção de um futuro próspero

- Estudar a introdução de inovações no Sistema de forma a otimizar o serviço público de autocarros;
- Participar progressivamente na cooperação regional, no sentido de reforçar a interligação dos meios de transporte transfronteiriço.

Área das Obras Públicas

- Acelerar a implementação das obras públicas criando novos postos de emprego, no sentido de favorecer o desenvolvimento económico;
- Institucionalizar e aperfeiçoar progressivamente os regimes de gestão das obras públicas;
- Demonstrar caridade às pessoas, executar as construções sem barreiras arquitectónicas;
- Articular com o desenvolvimento social, aperfeiçoando e simplificando os processos de aprovação e de análise.

Área de Protecção do Ambiente

- Reforçar a informação sobre a previsão de mau tempo; Implementar o mecanismo de alarme prévio de perigo de inundações;
- Rever o regime jurídico de protecção do ambiente, apoiando a execução das políticas ambientais;
- Sensibilizar as empresas para a protecção do ambiente, criando um fundo para a protecção do ambiente e poupança de energia;
- Sensibilizar os residentes para a poupança de água e construir uma sociedade consciencializada para o uso eficiente da água.

Comissariado contra a Corrupção

Em 2009, o CCAC continuará a combater a corrupção e a fraude com todo o esforço e a intervir activamente na área da provedoria de justiça, no uso dos poderes conferidos por lei, assegurando eficácia e rigor no cumprimento das suas atribuições. As prioridades serão o desenvolvimento de acções contra a corrupção eleitoral e o desenvolvimento de trabalhos preparatórios relativos ao alargamento da esfera de supervisão ao sector privado.

- Envidar esforços para salvaguardar a credibilidade dos actos eleitorais, assegurando que as terceiras eleições para o Chefe do Executivo e para a quarta legislatura da Assembleia Legislativa decorram de forma justa;
- Transmitir, por meios e canais diversos, mensagens de integridade nas eleições junto das listas de candidatura, eleitores, associações e instituições e promover o sentido de eleições justas em toda a população;
- Desenvolver trabalhos preparatórios, a nível de reajustamento da distribuição dos recursos, de formação pessoal e de acções de sensibilização para prevenção, para a implementação do alargamento da esfera de supervisão ao sector privado;
- Reforçar a formação pessoal, a recolha e análise de informações e otimizar os equipamentos técnicos e as instalações de apoio, tendo por objectivo aperfeiçoar ainda mais os recursos humanos, materiais e técnicos;
- Prosseguir com a pesquisa de funcionamento de serviços através de parcerias estabelecidas com eles e desenvolver a pesquisa de regimes jurídicos atendendo ao desenvolvimento da sociedade, às áreas objecto de atenção dos cidadãos e aos problemas para os quais soluções eficazes não tenham sido encontradas na investigação de casos;
- À luz do “Protocolo de Colaboração” relativamente ao “Plano para uma Gestão Íntegra”, continuar a apoiar os serviços no aperfeiçoamento da sua gestão interna visando a integridade e a reforçar a cooperação entre as duas partes na promoção da integridade na Administração;
- Organizar junto dos funcionários públicos acções de sensibilização atendendo a realidades concretas, realizar palestras com temas diversos e actividades de intercâmbio para as instituições privadas, cooperar com as escolas no desenvolvimento dos programas “Nova Geração Íntegra” e “Educação da Juventude para a Honestidade” e promover a produção de material didáctico de formação moral no ensino secundário;
- Pôr em funcionamento a Delegação na Taipa, disponibilizando aos cidadãos canais mais acessíveis para apresentação de pedidos de consulta, queixas e participações.

Comissariado da Auditoria

O Comissariado da Auditoria conseguiu alcançar, em 2008, de forma eficaz, os objectivos fixados. Para além da fiscalização sobre a boa execução e aplicação das finanças públicas, o Comissariado, mais uma vez, contribuiu para a reforma da administração pública e para o auto-aperfeiçoamento dos serviços públicos.

- Prestou apoio aos serviços públicos na elaboração das suas contas de gerência de acordo com o novo despacho da Comissária de Auditoria, examinou a Conta Geral do Governo e, sobre a qual, apresentou opinião de auditoria;
- No âmbito dos preparativos para a implementação da auditoria de sistema, continuou a analisar e avaliar os sistemas de gestão orçamental utilizados nos serviços públicos;
- Concluiu vários relatórios de auditoria específica e de resultados;
- Reforçou a sua equipa em número e em valências técnicas;
- Participou em actividades de intercâmbio e conferências internacionais no âmbito da auditoria e reforçou as acções de divulgação dirigidas a serviços públicos e à população em geral.

Para o ano de 2009, o Comissariado da Auditoria, fiel à sua função e ao seu posto e no cabal cumprimento das suas atribuições legais, vai continuar a desenvolver firmemente a actividade de auditoria, que será alargada e aprofundada, com vista a elevar o nível da gestão e das operações financeiras dos serviços públicos.

- Paralelamente à realização da auditoria de contas, concluir, metodicamente e de acordo com os objectivos de médio e longo prazo, as tarefas preliminares da auditoria de sistema;
- Intensificar esforços na realização de auditorias específicas e de resultados;
- Colaborar na organização, pela primeira vez, em Macau, de um seminário da Organização das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Prosseguir com a política de formação interna e externa para elevar a competência técnica e o nível da auditoria do pessoal de auditoria;
- Prosseguir com o reforço da cooperação com serviços públicos e organizações sociais, bem como reforçar a divulgação no seio da população discente, tendo como objectivo final a disseminação generalizada da cultura de auditoria.

Transportes e Obras Públicas

Aprender pela experiência obtida, ser pragmático e com antecedência, aperfeiçoar o sistema de planeamento urbanístico, concretizar os projectos de infra-estruturas concebidos, aperfeiçoar a rede dos meios de transportes, construir um centro urbano confortável para habitação; Acelerar e promover os projectos das obras públicas, optimizando o ambiente de comércio da comunidade local e criar mais postos de emprego para a mão-de-obra local.



Acelerar a construção das infra-estruturas, aperfeiçoar o trânsito urbano

Área de Planeamento Urbanístico e Gestão de Solos

- Recolher as opiniões e condensar o consenso geral construindo um sistema de planeamento urbanístico;
- Rever as políticas de concessão de terrenos; Elevar o nível de transparência das informações cadastrais;
- Encorajar os residentes a participarem activamente e com harmonia no reordenamento dos bairros antigos;
- Ter em consideração a realidade de forma a alcançar o equilíbrio entre o desenvolvimento e a protecção ambiental.

Área de Habitação Pública e Administração dos Condomínios

- Criar condições favoráveis para acelerar a construção de habitação pública;
- Aperfeiçoar a legislação sobre habitação pública; Em momento oportuno, lançar o concurso de acesso à habitação pública;
- Intensificar a cooperação interdepartamental para melhorar o tratamento de casos de infiltração de água, em edifícios;
- Diligenciar o aperfeiçoamento dos diplomas regulamentares da administração dos condomínios elevando o nível da qualidade do respectivo sector.

Área dos Transportes

- Dar prioridade à política dos transportes públicos; Aperfeiçoar a configuração de trânsito urbano;
- Desenvolver o transporte tridimensional, adaptando à realidade; Concretizar gradual e faseadamente a obra de construção do Sistema de Metro Ligeiro;